

Semestre Europeu

PRINCIPAIS DESTAQUES NO QUADRO DA POLÍTICA DE COESÃO PACOTE DE PRIMAVERA 2026

- O Semestre Europeu é um quadro de coordenação de políticas para uma abordagem integrada em todas as áreas de política e que incorpora a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e dos programas da Política de Coesão.
- No âmbito da Política de Coesão, o Semestre Europeu é uma âncora estratégica para as reprogramações do Portugal 2030 e, para o período 2028-2034, constitui o quadro analítico de referência para alinhar reformas e investimentos a incluir nos Planos Nacionais e Regionais de Parceria com as prioridades Europeias.
- Face ao contexto de profundas mudanças geopolíticas, as principais recomendações centram-se na sustentabilidade orçamental com flexibilidade para a defesa, no reforço da competitividade e diminuição do fosso da inovação tecnológica europeia face aos EUA e China, na autonomia estratégica e transição climática e energética e na resposta à crise de habitação na Europa.
- A presente nota centra-se nos principais desafios para Portugal e nas questões mais relevantes com impacto na Política de Coesão.

DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE

- Comunicação da Comissão – Semestre Europeu 2026 – Pacote de Primavera

Bruxelas, 03.06.2026 COM (2026) 200 final

- Recomendação para uma Recomendação do Conselho sobre as políticas estruturais económicas, sociais, de emprego e orçamentais de Portugal (Recomendações específicas por país).

Bruxelas, 03.06.2026 SWD (2026) 222 final

- Documento de trabalho da Comissão – 2026 Country Report – Portugal | Acompanha o documento {SWD (2026) 222 final}.

Bruxelas, 03.06.2026 SWD (2026) 222 final

- Proposta para uma decisão do conselho para a recondução das orientações de políticas de emprego dos Estados-Membros

Bruxelas, 03.06.2026 COM (2026) 510 final

PRINCIPAIS DESAFIOS ESTRATÉGICOS

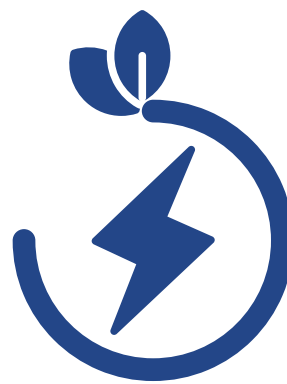
Comunicação da Comissão – Semestre Europeu 2026 – Pacote de Primavera



Defesa



**Estabilidade
orçamental**



**Autonomia
energética**



**Competitividade
e Inovação**



Habitação

➔ **Sustentabilidade Orçamental e Defesa:** o mecanismo de flexibilidade orçamental 2026-28, que permite flexibilização temporária das regras orçamentais - associada à cláusula de derrogação nacional para despesas de defesa já foi acionada por 17 EM, incluindo Portugal.

➔ **Competitividade:** importância da Bússola para a Competitividade para responder às lacunas da inovação, descarbonizar a economia e reduzir dependências estratégicas; a implementação do roteiro One Europe, One Market assinado em abr.2026 para simplificar o ambiente de negócios e impulsionar o mercado único; e a relevância da qualidade das instituições, incluindo digitalização.

➔ **Autonomia e segurança energética:** a redução de dependências e redução de combustíveis fósseis, assenta numa abordagem coordenada através da iniciativa Accelerate EU, para maior resiliência do sistema energético com especial enfoque nos mais vulneráveis, da aceleração do REPowerEU e do alargamento do âmbito da cláusula de derrogação nacional para despesas no âmbito do sistema energético.

➔ **Capital humano, orientações para o Emprego e Convergência Social:** as orientações de 2026 foram atualizadas para incluir o Roteiro para Empregos de Qualidade e a Estratégia de Combate à Pobreza. No reforço do capital humano, o foco centra-se na aquisição de competências (especialmente digitais e STEM) e na sua adequação ao mercado de trabalho. O acesso à habitação acessível é um eixo fundamental na dimensão da justiça social.

➔ **Coesão económica, social e territorial:** reforço da competitividade e governação subnacional e acesso a serviços essenciais. Relevância da estratégia Right to Stay para abordar o declínio demográfico, a redução das disparidades urbanas/rurais e dirimir pressões em algumas regiões.

PRINCIPAIS DESTAQUES - PORTUGAL

Relatório dirigido a Portugal - 2026

Recomendações específicas por país dirigidas a Portugal - 2026

Execução dos fundos da Política de Coesão [\[caixa 3, Preâmbulos 20, 21\]](#)

- A Política de Coesão é uma das principais fontes ao investimento público, nomeadamente no apoio à competitividade, sustentabilidade ambiental, transportes, competências e justiça social.
- A revisão intercalar permitiu reforçar tecnologias críticas e competitividade, habitação, eficiência e gestão da água, competências para a descarbonização e mobilidade militar.
- A execução encontra-se abaixo da média da UE em seleção de projetos e pagamentos. A implementação deve ser acelerada, sobretudo na componente do Fundo para uma Transição Justa (FTJ) que termina em 2026. Os investimentos identificados no âmbito da revisão intercalar devem ser executados de forma rápida e eficaz para cumprir as prioridades definidas.
- Principais obstáculos: atrasos na contratação pública devido atrasos nos procedimentos de contratação pública devido a recursos, limitações à capacidade administrativa, atrasos na contratualização entre AG e CIM dos instrumentos territoriais, processos de licenciamento e autorizações morosos, previsibilidade do planeamento, número insuficiente de projetos maduros.
- Fatores de sucesso: envolvimento dos parceiros, em particular autoridades locais e regionais.

Progressos nas Recomendações Específicas por País 2025 [\[anexo 1\]](#)

- **Progressos substanciais:** Cumprimento dos limites de crescimento da despesa líquida.
- **Alguns progressos:** literacia financeira, eficácia do sistema fiscal, transparência e avaliação das políticas públicas, I&I, transportes sustentáveis, armazenamento e distribuição de eletricidade, competências para a transição verde, eficiência energética, economia circular, competências adequadas ao mercado de trabalho, estratégia e governação da água.
- **Progressos limitados:** despesas com defesa, custos de contexto, investimento privado e capital de risco, eficiência dos tribunais administrativos, descarbonização dos transportes, energias renováveis, pobreza energética, estabilidade do mercado elétrico, eficiência hídrica, acesso à saúde e cuidados continuados, habitação.
- **Nenhuns progressos:** sustentabilidade do sistema de pensões.

Pilar Europeu dos Direitos Sociais e indicadores sociais [\[anexos 11, 12, 13, 14\]](#)

- **Emprego:** A taxa atingiu 79,6% em 2025, muito próxima da meta nacional de 80% para 2030. Contudo, a precariedade e o desemprego jovem continuam elevados.
- **Pobreza:** 18,6% da população está em risco de pobreza ou exclusão, valor que tem vindo a diminuir. O progresso para a meta de 2030 (retirar 765 mil pessoas desta situação) é lento, tendo sido retiradas apenas 178 mil pessoas desta situações, desde 2019.
- **Educação e Competências:** A educação superior da população com 25-34 anos subiu para 42,5% em 2025, ainda assim abaixo da média da UE (44,8%). A participação de adultos em educação e formação registou 33,4% em 2022, longe dos 60% da meta 2030.

PRINCIPAIS DESAFIOS ESTRATÉGICOS - PORTUGAL

Relatório dirigido a Portugal - 2026 **ANEXO 18 | COMPETITIVIDADE REGIONAL**



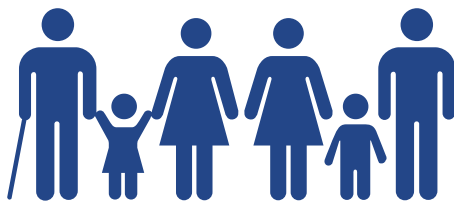
Processo de convergência

A região da capital é a única com PIBpc acima da média da UE. A convergência interna deve-se, sobretudo, ao crescimento económico mais lento da região da capital.



Concentração I&D

Investimento em I&D concentrado no **Norte, Centro e Grande Lisboa**, as únicas onde os gastos das empresas em I&D superam 1% do PIB. GERD aumenta por via dos clusters para a competitividade, mas persistem desafios no enquadramento estratégico da inovação.



Disparidades na pobreza e exclusão social

Apesar da taxa AROPE em 2025 em Portugal ser inferior à média da UE (18,6% face a 21% na UE), os **Açores** registam a taxa mais elevada do país (21,6%). Em 2024, também o risco de pobreza é maior nas áreas rurais (24%) do que nas áreas urbanas (18%).



Desafios aos transportes

Conectividade ferroviária no **Centro e Alentejo** é baixa. Persiste dependência do transporte individual donde as necessidades de investimento em transportes públicos sustentáveis é relevante em todo o território.



Acessibilidade na habitação

Lisboa e Algarve são as regiões mais afetadas pela crise de acessibilidade na habitação que se tem acentuado em todo o território.



Baixa transferência de conhecimento

Cooperação entre empresas e academia permanece baixa, incluindo **Norte** que contém a maior concentração de empresas e apesar do aumento de investigadores.



Defesa

Gastos com I&D em defesa e segurança aumentaram 29% (entre 2020 e 2023), sobretudo setores de aeronáutica, espaço e defesa (**Alentejo, Grande Lisboa, Centro e Norte**).



Desigualdades no acesso à educação

Alentejo, Algarve, RUP e OVT com desigualdades no acesso ao ensino superior, sobretudo alunos desfavorecidos. **RUP e Alentejo** baixos níveis de participação de adultos em formação. Persistem disparidades regionais no abandono escolar.



Riscos ambientais

Alentejo e Algarve são as regiões mais afetadas pela escassez de água. Persistem preocupações com erosão costeira e vulnerabilidade aos incêndios, em particular no **Norte e Centro**.

Desigualdades no acesso à saúde



Áreas rurais remotas e RUP enfrentam principais desafios. A escassez de profissionais na saúde afeta sobretudo **Alentejo**.



Diminuição das emissões

Com disparidades e desafios de melhoria em setores e regiões: **Lisboa e Porto** nos transportes, **Norte, Centro e OVT** na indústria, **Alentejo** agricultura. Existe potencial de crescimento das renováveis.

Gap de Produtividade

Em 2023 a produtividade era 67% da média da UE, destacando-se apenas Lisboa com 79% face à média europeia.



Envelhecimento da população

O desafio do envelhecimento é mais acentuado nas áreas rurais. As regiões mais afetadas são **Alentejo** e interior **Centro**.

PRINCIPAIS DESAFIOS ESTRATÉGICOS - PORTUGAL

Recomendações específicas por país dirigidas a Portugal - 2026

Outros desafios onde a Política de Coesão pode contribuir:



Constrangimentos no financiamento

Necessário diversificar fontes de financiamento das empresas e reforçar níveis de literacia financeira. [24]



Dependência energética

Permanece alta, em especial nos transportes, apesar de melhorias na mobilidade elétrica. É prioritária a eliminação progressiva de subsídios aos combustíveis fósseis que não abordem pobreza energética ou segurança energética. Necessário reforço de transportes públicos, incluindo ferrovia. [27]



Capital Humano

Apesar da evolução positiva do mercado de trabalho, persistem inadequações de competências, sobretudo em setores-chave, com impactos na competitividade e produtividade. [36,37,38]



Apesar da evolução positiva do mercado de trabalho, persistem inadequações de competências, sobretudo em setores-chave, com impactos na competitividade e produtividade. Apesar de alguns indicadores positivos (abandono, educação e formação, acolhimento primeira infância), é importante responder ao desafio dos baixos resultados escolares e que afetam alunos mais desfavorecidos, bem como reforçar participação na educação de adultos. [36,37,38]



Obstáculos às empresas e ao investimento

Encargos administrativos e regulamentares com diferenças em termos locais e regionais, morosidade dos processos de licenciamento industrial, bem como dos tribunais administrativos [23,25]



Eficiência energética

Deve ser acelerada por via da resposta à complexificação dos regimes e sistemas de financiamento e de entraves regulamentares. A pobreza energética mantém-se elevada, cuja resposta deve consistir em apoios dirigidos. [29]



Economia circular

O setor exige investimentos significativos e reformas para melhoria dos desempenhos na gestão de resíduos, designadamente introdução de um modelo obrigatório de pagamento em função do volume de resíduos domésticos produzidos. [31]

Em suma, principais desafios para Portugal onde a Política de Coesão pode contribuir: [22]

Competências e educação

Redes energéticas

Infraestruturas energéticas

Eficiência energética

Investigação & Inovação

Energias renováveis

Simplificação e ambiente empresarial

Cuidados de saúde

Gestão dos recursos

Financiamento

Adaptação às alterações climáticas

Transportes

Habitação

Cuidados continuados

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS 2026 | Portugal

REP 1

- Embora reconhecendo a existência de uma situação orçamental excedentária ou próxima do equilíbrio em Portugal, tendo em conta o desvio registado até 2025 e projetado pela Comissão para 2026 em relação ao **limite máximo das despesas líquidas** recomendado, assegurar que as despesas líquidas respeitem as taxas máximas de crescimento recomendadas pelo Conselho em 21 de janeiro de 2025, recorrendo simultaneamente à flexibilidade prevista na cláusula de derrogação nacional para o aumento das despesas com a defesa.
- **Reforçar as despesas e a prontidão em matéria de defesa**, assegurando simultaneamente a eficiência das despesas e adaptando gradualmente o orçamento para manter um aumento estrutural das despesas com a defesa.
- Assegurar que quaisquer medidas adotadas para atenuar **o impacto do aumento dos preços da energia** tenham um caráter temporário, sejam orientadas para proteger os **agregados familiares vulneráveis** ou para dar resposta às necessidades das empresas com utilização intensiva de energia e preservem os incentivos à poupança de energia, garantindo ao mesmo tempo que o seu custo orçamental seja compatível com os compromissos assumidos no âmbito do quadro orçamental da UE.
- Tomar medidas para assegurar a **sustentabilidade orçamental** a médio prazo do **regime de pensões** e promover regimes complementares de pensões.
- **Melhorar a eficácia do sistema fiscal**, nomeadamente através da racionalização das despesas fiscais.

REP 2

- Assegurar a **continuidade das reformas e dos investimentos** executados no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.
- **Acelerar esforços para executar os programas da política de coesão**, recorrendo, se for caso disso, à reafetação a prioridades estratégicas e às flexibilidades previstas na revisão intercalar do quadro da **Política de Coesão**.

Dirigida a todos os EM, com diferentes níveis de aceleração da execução (baixo, médio, elevado).

REP 3

- **Simplificar a regulamentação**, melhorar a aplicação dos instrumentos regulamentares e a coordenação entre os vários níveis da administração pública.
- **Reduzir os encargos administrativos** que pesam sobre as empresas, eliminando os **obstáculos ao licenciamento industrial** e outros entraves à sua capacidade de expansão.
- Promover o **investimento privado em capital de risco e capitais próprios** para as empresas locais e continuar a melhorar a **literacia financeira**.
- Aumentar ainda mais a **eficiência dos tribunais administrativos e fiscais**, a fim de diminuir a duração dos processos.
- Manter a tónica da política económica relacionada com o **investimento na investigação e inovação**.

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS 2026 | Portugal

REP 4

- Acelerar a **descarbonização dos transportes**, em especial por meio da eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis e do **reforço da rede de transportes públicos**.
- Promover **contratos a longo prazo**, acelerar o investimento em **soluções de flexibilidade** e garantir um **quadro regulamentar previsível**.
- Reforçar a capacidade da **rede de transporte e distribuição de eletricidade**, inclusive a nível das interligações elétricas transfronteiriças, e melhorar os procedimentos de ligação.
- Acelerar renovações em prol da **eficiência energética** eliminando os estrangulamentos regulamentares e administrativos e visando os agregados familiares em situação de **pobreza energética**.
- Promover a **descarbonização da indústria**.
- Aumentar a capacidade de **gestão, prevenção, reciclagem e reutilização de resíduos**.
- Melhorar a **gestão dos recursos hídricos** e racionalizar a **governança da água**.
- Melhorar a **eficiência hídrica** e desenvolver soluções baseadas na natureza.
- Fazer face aos **riscos relacionados com o clima** reforçando a gestão sustentável das **florestas e dos solos**, acelerando a **resistência das infraestruturas críticas às alterações climáticas** e promovendo uma **maior cobertura dos seguros privados** contra prejuízos causados por catástrofes naturais.

REP 5

- Garantir a **igualdade de acesso a cuidados de saúde** de qualidade dando sobretudo resposta à **escassez de pessoal** e preservando, simultaneamente, a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.
- Assegurar a **igualdade de acesso a cuidados de longa duração** de qualidade, nomeadamente através da resolução das disparidades regionais e do reforço de soluções de cuidados de base domiciliária e de proximidade.
- Dar resposta à **inadequação das competências e melhorar os níveis de competências** promovendo, nomeadamente, a **participação na educação de adultos** e tornando o ensino, a formação e a educação de adultos mais adequados às necessidades do mercado de trabalho.
- Promover **melhores resultados escolares**, em especial para os alunos desfavorecidos.

REP 6

- Abordar a **acessibilidade dos preços e a disponibilidade da habitação** criando, nomeadamente, incentivos à utilização mais eficiente do parque habitacional, incluindo através de uma **recalibração do modelo fiscal**.
- Continuar a expandir a oferta de habitação, incluindo **habitação social e a preços acessíveis**.
- Reforçar a **coordenação e a governança da política de habitação**, a par de um **planeamento urbano, territorial e dos transportes integrado**.